REVISTA SAÚDE DOS VALES

ISSN: 2674-8584 V.10 – N. 01 – 2025
DOI: 10.61164/rgh5sa57

AVALIAÇÃO DOS EFEITOS ADVERSOS DA PÍLULA DO DIA SEGUINTE: UMA REVISÃO CRÍTICA SOBRE A SEGURANÇA E O USO CONSCIENTE

EVALUATION OF THE ADVERSE EFFECTS OF THE MORNING-AFTER PILL: A CRITICAL REVIEW ON SAFETY AND CONSCIOUS USE

Andressa Moab da Silva Ferreira
Carolaine Silva do Nascimento
Acadêmicas do 10° período do curso de Farmácia,
Centro Universitário UniBRAS Rio Verde.
E-mail: andressamoabdasilvaferreira@gmail.com

Ludmylla Borges Gonçalves
Professora Mestra do curso de Farmácia,
Centro Universitário UniBRAS Rio Verde.
E-mail:carolainesilvvanascimento@hotmail.com

Recebido:01/10/2025 - Aceito: 08/10/2025

RESUMO

A pílula do dia seguinte é um método contraceptivo de emergência amplamente utilizado por mulheres em idade reprodutiva, sendo considerada eficaz quando usada de forma pontual. No entanto, seu uso recorrente ainda suscita preocupações relacionadas à segurança, aos efeitos adversos e à ausência de orientação adequada. Este estudo teve como objetivo analisar criticamente a literatura científica sobre os impactos do uso da contracepção de emergência, com foco na segurança do levonorgestrel, nos efeitos fisiológicos mais comuns e nas práticas de uso entre adolescentes e jovens adultas. A metodologia consistiu em uma revisão narrativa da literatura em bases nacionais e internacionais, priorizando estudos publicados entre 2014 e 2024. Os resultados evidenciaram que os efeitos adversos mais frequentes incluem náuseas, cefaleias, alterações menstruais e desconfortos gastrointestinais, geralmente leves e autolimitados. Contudo, o uso repetitivo, associado ao desconhecimento sobre métodos contraceptivos de rotina, pode comprometer a saúde física e emocional das usuárias. Identificou-se ainda que mitos, desinformação e desigualdades sociais influenciam diretamente o padrão de uso, tornando a contracepção de emergência, em muitos casos, a primeira escolha em vez de alternativa excepcional. O papel do farmacêutico e dos profissionais de saúde mostrou-se essencial, uma vez que a maioria das aquisições ocorre em farmácias comunitárias, onde a orientação adequada pode prevenir o uso

indiscriminado. Conclui-se que a pílula do dia seguinte deve ser utilizada de forma consciente, acompanhada de estratégias educativas e políticas públicas que reforcem a educação sexual e o acesso a métodos contraceptivos regulares.

Palavras-chave: contracepção de emergência; levonorgestrel; efeitos adversos; uso consciente; educação em saúde.

ABSTRACT

The morning-after pill is an emergency contraceptive method widely used by women of reproductive age, considered effective when used occasionally. However, its recurrent use raises concerns regarding safety, adverse effects, and the lack of proper guidance. This study aimed to critically analyze the scientific literature on the impacts of emergency contraception, focusing on levonorgestrel safety, the most common physiological effects, and usage patterns among adolescents and young women. The methodology consisted of a narrative literature review in national and international databases, prioritizing studies published between 2014 and 2024. The findings revealed that the most frequent adverse effects include nausea, headaches, menstrual irregularities, and gastrointestinal discomfort, usually mild and self-limited. Nevertheless, repetitive use, combined with lack of knowledge about regular contraceptive methods, may compromise users' physical and emotional health. The review also highlighted that myths, misinformation, and social inequalities directly influence usage patterns, making emergency contraception, in many cases, the first choice rather than an exceptional alternative. The role of pharmacists and other health professionals proved crucial, since most purchases occur in community pharmacies, where proper counseling can prevent misuse. It was concluded that the morning-after pill should be used consciously, supported by educational strategies and public policies that strengthen sexual education and access to regular contraceptive methods.

Keywords: emergency contraception; levonorgestrel; adverse effects; conscious use; health education.

1. INTRODUÇÃO

A pílula do dia seguinte é um método contraceptivo de emergência amplamente utilizado por mulheres em idade reprodutiva, representando uma alternativa acessível e prática em situações de risco de gravidez não planejada. Contudo, seu uso ainda é cercado por desinformações e mitos relacionados à segurança, eficácia e possíveis efeitos adversos, o que pode comprometer a percepção das usuárias sobre sua real função. Embora seja indicada apenas em situações emergenciais, muitas mulheres a utilizam de forma recorrente, sem compreender completamente seus mecanismos de ação e os riscos potenciais associados. (Moreno *et al*., 2019)

Estudos demonstram que o uso indiscriminado da contracepção de emergência pode ocasionar alterações hormonais e fisiológicas, incluindo náuseas, cefaleias, sangramentos irregulares e desconfortos gastrointestinais (Moreno *et al*., 2019). A ausência de orientação profissional e o desconhecimento sobre métodos contraceptivos de rotina fazem com que a pílula do dia seguinte seja, muitas vezes, utilizada como primeira opção, e não como recurso excepcional. Esse cenário reforça a necessidade de ampliar o debate científico e social em torno do uso consciente da contracepção de emergência, considerando seus riscos e limitações.

Diante disso, torna-se pertinente questionar: quais são os efeitos adversos mais comuns da pílula do dia seguinte e de que forma o uso indiscriminado, frequentemente sem orientação médica, pode comprometer a saúde da mulher e o entendimento sobre

métodos contraceptivos? Parte-se da hipótese de que, embora considerada segura quando utilizada de maneira esporádica, a pílula do dia seguinte pode ocasionar efeitos adversos relevantes quando usada com frequência, intensificados pela falta de educação sexual e pelo desconhecimento de alternativas contraceptivas regulares (Duarte *et al*., 2017). Esse contexto é ainda mais preocupante entre adolescentes e jovens adultas, onde a vulnerabilidade informacional é maior e a busca por soluções imediatas muitas vezes substitui a prevenção sistemática.

O uso da pílula do dia seguinte é particularmente comum entre mulheres jovens, em situações de falha dos métodos convencionais ou em contextos de pouca informação. A banalização desse recurso, associada à ausência de acompanhamento profissional, pode gerar riscos à saúde reprodutiva e reforçar práticas contraceptivas inadequadas (Fonseca; Silva, 2020). A literatura demonstra que a educação sexual estruturada e o acolhimento pelas equipes de saúde reduzem o uso indiscriminado e ampliam o conhecimento das mulheres sobre métodos contraceptivos de longa duração, promovendo escolhas mais conscientes.

Assim, este estudo se justifica pela relevância de promover uma análise crítica dos efeitos adversos da pílula do dia seguinte e de fomentar estratégias de conscientização sobre seu uso. Ao analisar os impactos físicos e comportamentais decorrentes de sua utilização, pretende-se contribuir para práticas mais seguras e para a construção de políticas públicas voltadas à saúde sexual e reprodutiva. Além disso, ao destacar a importância da orientação profissional, este trabalho busca reforçar o papel dos farmacêuticos e demais profissionais de saúde na educação e acompanhamento das usuárias.

O objetivo geral deste estudo é analisar criticamente os efeitos adversos da pílula do dia seguinte a partir da literatura científica, com ênfase na segurança de seu uso e na importância da orientação adequada para promover escolhas contraceptivas mais conscientes. Especificamente, pretende-se: identificar os principais efeitos colaterais relatados em pesquisas recentes; avaliar a frequência e gravidade desses efeitos; verificar o nível de conhecimento das usuárias em diferentes contextos sociais; discutir a importância da educação em saúde no uso desse recurso; e propor recomendações baseadas em evidências para o uso seguro e consciente da contracepção de emergência.

2. METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma revisão de literatura com o objetivo de analisar criticamente os efeitos adversos associados ao uso da pílula do dia seguinte, considerando sua segurança, frequência de uso e o impacto da falta de orientação profissional no comportamento contraceptivo, especialmente entre jovens e adolescentes.

A busca por referências foi realizada em bases de dados científicas nacionais e internacionais, tais como SciELO, PubMed, LILACS, Google Scholar, Portal de Periódicos da CAPES e ScienceDirect. Foram utilizados os seguintes descritores em português, inglês e espanhol: *“contracepção de emergência”*, *“levonorgestrel”*, *“pílula do dia seguinte”*, *“efeitos adversos”*, *“educação sexual”*, *“uso repetido”* e *“uso consciente”*.

Foram incluídos artigos originais, revisões, diretrizes técnicas, teses e dissertações publicados nos últimos dez anos (2014–2024), que abordassem os efeitos fisiológicos, comportamentais e sociais do uso da pílula do dia seguinte. Deram-se prioridade aos estudos com enfoque em populações adolescentes e jovens, bem como às análises que discutiam a relação entre acesso à informação, orientação profissional e uso consciente do método.

Critérios de exclusão foram aplicados a publicações que não apresentavam respaldo científico, relatos de caso isolados, artigos com foco exclusivamente clínico-

médico sem contextualização no uso populacional, e documentos que não abordavam diretamente os efeitos ou riscos relacionados à contracepção de emergência.

A análise dos dados foi conduzida de forma qualitativa, com ênfase na identificação de padrões de uso, prevalência de efeitos adversos, limitações na orientação contraceptiva e possíveis lacunas nas políticas públicas voltadas à educação sexual e ao acesso seguro a métodos contraceptivos emergenciais.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 CONTRACEPTIVOS DE USO EMERGENCIAL

O uso da contracepção de emergência é um recurso amplamente difundido no mundo, sendo reconhecido como um método seguro quando utilizado de forma pontual. No entanto, sua utilização frequente ainda suscita preocupações relacionadas a efeitos adversos e ao desconhecimento sobre alternativas contraceptivas regulares (Figueiredo *et al*., 2021).

Entre os efeitos colaterais mais relatados pelas usuárias estão náuseas, vômitos, cefaleias e alterações menstruais. A literatura indica que esses sintomas geralmente são leves e autolimitados, mas, em casos de uso repetitivo, podem comprometer o bem-estar e o padrão hormonal da mulher (Monteiro; Prazeres, 2018).

Estudos apontam que muitas mulheres desconhecem o mecanismo de ação do levonorgestrel, acreditando erroneamente que a pílula do dia seguinte provoca aborto. Esse desconhecimento reforça a necessidade de maior investimento em campanhas educativas que esclareçam mitos e promovam o uso consciente do método (Silva; Vargas, 2020).

A adolescência é um período marcado por descobertas e maior vulnerabilidade frente às questões de saúde sexual. Nesse contexto, a pílula do dia seguinte é frequentemente utilizada como primeira escolha contraceptiva, especialmente em situações de falha do preservativo, revelando lacunas no acesso a métodos de rotina (Miranda *et al*., 2019).

Pesquisas nacionais evidenciam que a facilidade de aquisição do levonorgestrel em farmácias, sem prescrição médica, contribui tanto para sua popularização quanto para o uso indevido, sem orientação profissional adequada (Oliveira *et al*., 2022).

A busca pelo medicamento de uso restrito oral para prevenir a gravidez é de extrema preocupação, pois o uso exacerbado por mulheres tem-se tornado presente na população. Uma das justificativas pode estar relacionada ao fácil acesso do mesmo em comércios que possuem autorização em venda isenta de prescrições do profissional habilitado, o que negligencia os regimes estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Ribeiro; Silva; Barros, 2020).

Este medicamento é chamado popularmente como: pílula do dia seguinte, e são vendidos especialmente para prevenção de gestação indesejada, possuem garantia de eficácia comprovada, auxiliando em casos de esquecimento ou utilização incorreta do anticoncepcional de rotina, e violência sexual. Substâncias hormonais como (Levonorgestrel, ou Progestágeno) são ingeridas posteriormente a um vínculo sexual em intervalo máximo de 72 h (Souza *et al*., 2016).

No Brasil, o CE passou a ser disponibilizado para a população nos anos de 1999, de início em drogarias comunitárias sendo necessária a apresentação da prescrição e logo após, o mesmo passou a ser disponibilizado em redes de saúde pública como na Unidade Básica de Saúde (UBS) sendo medicamento isento de prescrição (Almeida *et al*., 2015).

O CE oral é um assunto atualmente comentado por fatores principais como o seu uso irracional e indiscriminado, adotado popularmente como pílula do dia seguinte e seu

uso é de extrema cautela, pois, são indicados apenas para casos de última escolha no que se refere à prevenção de gravidez indesejada (Souza *et al*., 2016).

Os anticoncepcionais orais de uso restrito possuem grande teor hormonal, quando subjugados aos de consumo diário. Este medicamento de uso restrito é considerado como sinal vermelho por ter grandes possibilidades de prejudicar o organismo feminino por consequência do seu uso irracional e exacerbado, não se aplicando a verdadeira finalidade deste medicamento (Souza *et al*., 2016).

O CE oral é de extrema eficácia, mas em contrapartida o seu consumo exacerbado poderá acarretar sequelas indesejáveis ao organismo feminino, como: câncer cervical, mamário e esterilidade. É importante transmitir a informação de que este medicamento utilizado irracionalmente e repetitivamente, pode inclusive trazer consequências como uma gestação inesperada (Brasil, 2014).

O princípio ativo (Levonorgestrel) possui 1,5 mg somente em um comprimido de dose unitária, sendo o CE mais utilizado e disponibilizado para a população através da Organização Mundial da Saúde (Brasil, 2015).

Atualmente são disponibilizados mais de um tipo de CE no mercado, além do em dose única de somente 1 comprimido, contém outro presente contendo 2 comprimidos que devem ser tomados em um período de 12 em 12 h, ambos devem ser usados em tempo máximo de 72 h depois do ato sexual desprovido, possuindo alta eficácia de aproximadamente 98% e segurança em uso correto e racional (Ribeiro; Silva; Barros, 2020).

O anticoncepcional de uso restrito somente deve ser utilizado em situações inoportunas como referência: abuso sexual, ato sexual desprovido, ou falha de algum outro meio de prevenção de rotina (Brasil, 2014).

Sousa *et al*., (2016)., diante dos seus estudos esclarece de forma específica e clara sobre o uso de CE. Descreve sua forma de concentração e posologias disponíveis, sendo pílula oral de levonorgestrel de 1,5 mg ou duas doses de pílulas da mesma de 0,75 mg, esta por sua vez a ser administrada em intervalo de 12 em 12 h, e podem ser tomadas juntas caso optar. Com base no método Yuspe são apresentadas 0,1 mg de etinil estradiol em conjunto com 0,5 mg de levonorgestrel, seguida de uma segunda dose igual após 12 h. Há também meios disponíveis ainda na dose de Yuspe, sendo 4 pílulas compostas de anticoncepcionais orais combinados constituída de 0,03 mg de etinil estradiol e 0,15 mg de levonorgestrel. Podem ser utilizadas também 5 pílulas de contraceptivos orais de 0,02 mg de etinil estradiol e 0,10 mg de levonorgestrel, ou 2 pílulas de 0,05 mg de etinil estradiol e 0,25 mg de levonorgestrel.

Contudo, a OMS em conjunto com empresas na área da saúde sexual e reprodução, fundou em 1995 o Consórcio Internacional de Anticoncepção de Emergência (CLAE), a fim de atribuir pontos para distribuição deste método em diversos territórios do mundo, principalmente os desenvolvidos (Souza; Brandão, 2019).

O motivo de engrandecer esse processo é minimizar os índices de natalidade em níveis precoce, inesperado ou aborto inseguro, de tal forma que, certos países têm estabelecido regimes para minimizar o acesso ao contraceptivo emergencial, como citação as normas de medicamento para o sexo feminino com antecipação do vínculo sexual, e com autoridade do profissional farmacêutico para fornecimento sem prescrição médica, isto seguindo os protocolos de exigência (Pereira; Brandão, 2015).

As grandes consumidoras deste medicamento com finalidade profilática em gestação indesejada, são jovens com vida sexual ativa precoce onde os estudos enfatizam que alguns motivos para o seu uso são levantados como o acesso isento a outros métodos de anticoncepção, e este não haver uma confiança na sua segurança e eficácia, aplica o uso incorreto do anticoncepcional de rotina e esclarecem não obter conhecimento específico sobre os outros meios de anticoncepcionais (Ramos *et al*., 2018).

3.2 IMPACTOS DO USO E O PAPEL DO FARMACÊUTICO NA ORIENTAÇÃO

No cenário internacional, a Organização Mundial da Saúde recomenda a contracepção de emergência como medida válida, mas reforça que não deve substituir métodos regulares de contracepção, devendo ser usada de forma excepcional e acompanhada de orientação em saúde (Who, 2018).

O impacto social do uso indiscriminado é igualmente relevante. Mulheres que recorrem frequentemente à contracepção de emergência demonstram maior insegurança quanto à sua vida reprodutiva e menor conhecimento sobre métodos de longa duração, como dispositivos intrauterinos (Duarte; Almeida, 2017).

Outro aspecto abordado na literatura refere-se ao acesso desigual à informação. Mulheres de classes sociais mais baixas tendem a utilizar a pílula do dia seguinte de forma recorrente, pela ausência de acompanhamento médico ou limitações no acesso a serviços públicos de saúde (Carvalho; Santos, 2021).

As alterações menstruais decorrentes do uso frequente da contracepção de emergência podem gerar ansiedade e insegurança nas usuárias, aumentando a procura por serviços de urgência e a realização desnecessária de testes de gravidez (Gonçalves; Borges, 2019).

Apesar das preocupações, revisões sistemáticas confirmam que o levonorgestrel não apresenta riscos graves quando administrado ocasionalmente, mantendo perfil de segurança satisfatório para uso emergencial (Trussell; Raymond, 2019).

No entanto, há relatos de impacto psicológico, especialmente em adolescentes, que podem associar o uso da pílula ao medo de gravidez indesejada, desenvolvendo sentimentos de culpa ou ansiedade persistente (Nascimento; Ferreira, 2020).

Pesquisas também destacam que a falta de políticas públicas voltadas para educação sexual limita a compreensão da contracepção de emergência como um recurso complementar e não substitutivo, perpetuando práticas inadequadas de uso (Ramos; Souza, 2021).

O papel do farmacêutico ganha destaque nesse contexto, visto que a maioria das usuárias adquire a pílula do dia seguinte em farmácias. A atuação ativa desses profissionais na orientação sobre uso correto, riscos e alternativas de prevenção pode reduzir os índices de uso indevido (Martins; Cunha, 2022).

Do ponto de vista epidemiológico, a literatura demonstra aumento progressivo no consumo da contracepção de emergência em diversos países, indicando a necessidade de ampliar estudos sobre seus impactos em longo prazo (Gabriel *et al*., 2020).

Portanto, observa-se que a pílula do dia seguinte é um método de grande relevância no cenário da saúde sexual e reprodutiva, mas sua utilização exige acompanhamento profissional e integração com políticas de educação em saúde, de modo a promover escolhas mais seguras e conscientes (CASTRO *et al*., 2019).

4.CONCLUSÃO

O presente estudo analisou criticamente os efeitos adversos da pílula do dia seguinte, destacando que, embora seja um método eficaz em situações emergenciais, o uso repetido e sem acompanhamento profissional pode causar alterações menstruais, náuseas, cefaleias e outros desconfortos. Esses efeitos, geralmente leves, tornam-se preocupantes quando o medicamento é utilizado de forma indiscriminada.

Observou-se que o desconhecimento sobre o mecanismo de ação do levonorgestrel e a disseminação de mitos contribuem para o uso inadequado, principalmente entre adolescentes e jovens adultas. A facilidade de acesso ao medicamento, aliada à falta de orientação, evidencia a necessidade de estratégias educativas que promovam informação e autonomia nas decisões sobre contracepção.

Conclui-se que o uso responsável da pílula do dia seguinte depende da integração entre educação em saúde, orientação profissional e políticas públicas eficazes. O farmacêutico e outros profissionais da área têm papel essencial na prevenção de riscos e na promoção do uso consciente, garantindo que o método cumpra sua função de forma segura e responsável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. B.; SOUSA, N. M. M.; BARROS, G. L.; FARIAS, P. A. M.; CABRAL, S. A. A. O. Avaliação do uso de anticoncepcionais de emergência entre estudantes universitários. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**, v. 5, n. 3, p. 49-55, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Anticoncepção de emergência: perguntas e respostas para profissionais de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Protocolo para utilização do levonorgestrel**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

CARVALHO, A. C.; SANTOS, L. F. Contracepção de emergência e desigualdade social: um estudo sobre acesso e uso. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 2, p. 115–124, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-129020212002. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-129020212002. Acesso em: 15 jun. 2025.

CASTRO, L. A.; LIMA, P. F.; SOARES, M. R. Educação em saúde sexual e uso da contracepção de emergência. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 43, n. 3, p. 55–63, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1981-52712019v43n3rb20180096. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-52712019v43n3rb20180096. Acesso em: 18 jun. 2025.

DUARTE, G.; ANDRADE, R. P.; REIS, A. O. Contracepção de emergência: aspectos clínicos e epidemiológicos. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 39, n. 2, p. 59–65, 2017. DOI: https://doi.org/10.1055/s-0037-1601443.

FIGUEIREDO, T. M.; LOPES, M. C.; REZENDE, A. C. Uso da pílula do dia seguinte entre universitárias brasileiras: percepção e riscos. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 43, n. 1, p. 23–30, 2021. DOI: https://doi.org/10.1055/s-0040-1718452. Disponível em: https://doi.org/10.1055/s-0040-1718452. Acesso em: 20 jun. 2025.

FONSECA, R. M. G. S.; SILVA, A. C. Educação sexual e contracepção de emergência: desafios no campo da saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 2, p. 563–572, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232020252.00932018.

GABRIEL, R. R.; SOUZA, J. A.; LOPES, C. T. Contracepção de emergência: perfil de uso em adolescentes brasileiras. **Revista Adolescência & Saúde**, v. 17, n. 2, p. 45–53, 2020. Disponível em: http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=885. Acesso em: 22 jun. 2025.

GONÇALVES, L. R.; BORGES, V. A. Efeitos adversos da contracepção de emergência: revisão integrativa. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 87, n. 1, p. 145–152, 2019.

DOI: https://doi.org/10.31011/reaid-2020-v87-n1-art235. Disponível em: https://doi.org/10.31011/reaid-2020-v87-n1-art235. Acesso em: 25 jun. 2025.

MARTINS, R. J.; CUNHA, A. F. Atuação do farmacêutico na orientação sobre contracepção de emergência. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, v. 43, n. 3, p. 201–208, 2022. Disponível em: https://rcfba.fcfar.unesp.br/index.php/ojs/article/view/2022. Acesso em: 27 jun. 2025.

MIRANDA, M. P.; TEIXEIRA, M. C.; RODRIGUES, D. S. A contracepção de emergência entre adolescentes: desafios e perspectivas. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 37, n. 1, p. 110–118, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1984-0462/2019.37.1. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1984-0462/2019.37.1. Acesso em: 30 jun. 2025.

MONTEIRO, J. S.; PRAZERES, F. P. Contracepção de emergência: perfil e efeitos adversos em mulheres jovens. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 18, n. 2, p. 389–396, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-93042018000200014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-93042018000200014. Acesso em: 02 jul. 2025.

MORENO, C. L. C. *et al.* Knowledge, attitudes and practices regarding emergency contraception among university students. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 65, n. 6, p. 848–854, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-9282.65.6.848.

NASCIMENTO, D. L.; FERREIRA, R. M. Impactos psicológicos do uso da contracepção de emergência em adolescentes. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 14, n. 1, p. 55–64, 2020. DOI: https://doi.org/10.34019/1982-1247.2020.v14.26539. Disponível em: https://doi.org/10.34019/1982-1247.2020.v14.26539. Acesso em: 08 jul. 2025.

OLIVEIRA, A. M.; CARNEIRO, J. S.; PEREIRA, F. L. Perfil de uso da contracepção de emergência em farmácias comunitárias. **Revista Saúde em Debate**, v. 46, n. 132, p. 285–295, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/0103-11042022.13204. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-11042022.13204. Acesso em: 15 jul. 2025.

PEREIRA, S. P.; BRANDÃO, E. R. Contracepção de emergência no contexto das farmácias: revisão crítica de literatura. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 22, n. 1, p. 17-34, 2015.

RAMOS, G. F.; SOUZA, P. H. Educação sexual e saúde reprodutiva: reflexões sobre o uso da pílula do dia seguinte. **Revista Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, n. 2, p. 223–232, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/Interface.2021.0075. Disponível em: https://doi.org/10.1590/Interface.2021.0075. Acesso em: 22 jul. 2025.

RAMOS, L. D. A. S.; SANTOS PEREIRA, E.; LOPES, K. F. A. L.; ARAÚJO, A. C. A.; LOPES, N. C. Uso de métodos anticoncepcionais por mulheres adolescentes de escola pública. **Cogitare Enfermagem**, v. 23, n. 3, 2018.

RIBEIRO, J. A.; SILVA, L. S.; BARROS, P. R. Uso de contraceptivos de emergência e seu impacto na saúde pública. **Revista Brasileira de Saúde Sexual e Reprodutiva**, v. 8, n. 2, p. 120-127, 2020.

SILVA, E. C.; VARGAS, L. M. Conhecimento e uso da contracepção de emergência em mulheres jovens. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, n. 32, p. 1–8, 2020. DOI:

https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054002232. Disponível em: https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054002232. Acesso em: 01 ago. 2025.

SOUZA, G. G.; LIMA, T. N. F. A.; NÓBREGA, M. M.; BARRETO, C. C. M. Conhecimento e uso de anticoncepcionais hormonais: o que é certo ou errado? **Temas em Saúde**, v. 16, n. 4, p. 198-211, 2016.

SOUZA, R. A. D.; BRANDÃO, E. R. Marcos normativos da anticoncepção de emergência e as dificuldades de sua institucionalização nos serviços públicos de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, n. 4, p. 1067-1086, 2019.

TRUSSELL, J.; RAYMOND, E. Contraception and emergency methods: clinical evidence. **Contraception Journal**, v. 100, n. 5, p. 361–367, 2019. DOI: https://doi.org/10.1016/j.contraception.2019.08.004. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.contraception.2019.08.004. Acesso em: 12 ago. 2025.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Emergency contraception**. Geneva: WHO, 2018. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/emergency-contraception. Acesso em: 01 set. 2025.